



## A problemática das Reformas de Base no “Diário da Manhã”: Ribeirão Preto – 1963-64<sup>1</sup>

Nayara Kobori<sup>2</sup>  
Célio José Losnak<sup>3</sup>

Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP.

### Resumo

O presente artigo tem como proposta retratar o posicionamento político do jornal matutino *Diário da Manhã*, por meio de seus editoriais, veiculado na cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, sobre o plano político de João Goulart das Reformas de Base. Levamos em consideração os exemplares do ano de 1963 até o dia 31 de março de 1964, compreendendo os meses do governo janguista e que antecederam o golpe civil-militar. Diante de tal contexto, foram observadas as características históricas da política de nosso recorte temporal, tanto em nível nacional, quanto regional. Utilizamos a análise de conteúdo como instrumento de levantamento de dados, aplicados aos editoriais do *Diário da Manhã*, bem como a categorização de textos opinativos jornalísticos, elencadas por Beltrão (1980) e Marques de Melo (1985).

**Palavras-chave:** Reformas de Base; João Goulart; Ribeirão Preto; Jornalismo; Política.

### INTRODUÇÃO

O artigo apresenta um recorte dos resultados obtidos através da pesquisa de Iniciação Científica, financiada pela FAPESP, intitulada *A atuação política do Diário da Manhã: Ribeirão Preto – 1964-67*. A compreensão da representatividade de um jornal do interior torna-se necessária para colaborar com as discussões sobre História e Jornalismo, aplicadas em nível regional e local. Os periódicos interioranos apresentam singularidades que os diferem da imprensa dos grandes centros urbanos, particularmente do eixo Rio-São Paulo, que segundo Ribeiro & Barbosa (2009) ganham o foco de análise da maioria das pesquisas em História da Imprensa. Para as autoras, apesar da importância histórica das duas metrópoles, o fato dos estudos permanecerem nesses locais esbarra no problema excluir a existência de outras perspectivas e dinâmicas locais complexas, que não se encaixam nas predefinições hegemônicas das duas principais capitais do Sudeste.

Dessa forma, afirmamos a importância de nossa reflexão, visto que encaramos as particularidades existentes no *Diário da Manhã* e do território em que estava inserido: a

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 19 a 21 de junho de 2015.

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social – Jornalismo, pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Bauru. E-mail: [nayarakobori@gmail.com](mailto:nayarakobori@gmail.com).

<sup>3</sup> Professor-doutor do Departamento de Ciências Humanas, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Bauru. E-mail: [losnak@faac.unesp.br](mailto:losnak@faac.unesp.br).



cidade de Ribeirão Preto. O município foi fundado em 19 de junho de 1856 e está localizado na região nordeste do estado de São Paulo. A importância econômica da região esteve atrelada com o desenvolvimento da economia cafeeira, que despontou em 1883, com a construção da linha férrea da Mogiana, que expandiu o comércio do café e contribuiu para o crescimento demográfico (CIONE, 1992). Atualmente, Ribeirão Preto é reconhecida como “capital do agronegócio” e é uma das cidades mais populosas de São Paulo, chegando a 658 059 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2014.

Tendo em vista as considerações apontadas acima, entendemos o destaque da cidade para o cenário econômico paulista e nacional. Por isso, faz-se necessário traçar a historiografia do período recortado, o governo de João Goulart, diante da perspectiva nacional e regional. Nossas interpretações diante dos posicionamentos levantados no *Diário da Manhã* (DM) será embasada e facilitada pela compreensão do contexto no qual o nosso objeto está inserido.

## **A POLÍTICA DE JOÃO GOULART**

O governo presidencialista de João Goulart teve início em 23 de janeiro de 1963, com a revogação do regime parlamentarista que esteve em vigência desde a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Competia à nova administração a superação da crise econômico-financeira com a alta inflação e dos demais problemas sociais e políticos que atingiam o país. A “fase positiva” da administração de Jango, chamada assim por Skidmore (1982), contou com a ajuda de ministros e deputados da esquerda moderada, que estruturaram propostas de contenção da crise nacional. Entre os políticos que se alinharam ao presidente, encontra-se Celso Furtado, um dos responsáveis pela elaboração do “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social: 1963-1965”. Outro representante da esquerda moderada que trabalhou ao lado de João Goulart na confecção do Plano Trienal foi o Ministro da Fazenda, San Thiago Dantas. Como membro da elite financeira e intelectual, o ministro tentou articular as forças da esquerda radical, com os setores conservadores da elite nacional (SKIDMORE, 1982; TOLEDO, 1984).

Skidmore (1982) e Toledo (1984) afirmam que o objetivo do Plano Trienal era compatibilizar o combate ao surto inflacionário, com a adoção de uma política de desenvolvimento, para a retomada de taxas de crescimento e aumento do PIB nacional, em um período de três anos. O programa também visava a uma melhor distribuição dos



frutos do desenvolvimento econômico, em conjunto com a redução das desigualdades sociais do país. E era de conhecimento que o insucesso do Plano Trienal poderia acarretar um surto inflacionário, conhecido como hiperinflação, fato que geraria a paralisação das atividades econômicas brasileiras e, conseqüentemente, diversas lutas sociais.

Para alguns setores da esquerda, o Plano constituía um avanço às medidas dominantes e adotadas até o momento, pois visava conter a inflação sem comprometer o desenvolvimento econômico brasileiro. Em relação ao setor externo, concordavam os esquerdistas que o constante aumento de preços era provocado pela drenagem de recursos para fora do país e pela transferência de renda, na forma de subsídios governamentais para o setor exportador. Diante desse cenário, o Plano seria uma “nova capitulação ao latifúndio e ao imperialismo” (TOLEDO, 1984, p.45).

Relata Skidmore (1982), que San Thiago Dantas e Celso Furtado sabiam que seria difícil implantar o Plano Trienal. De início, o programa exigia o cumprimento de medidas impopulares, como a adoção de uma política salarial e a execução da reforma fiscal, visando reduzir os déficits no setor público. Posteriormente, as tentativas de uniformizar as taxas cambiais, assemelhavam o Plano da política adotada por Jânio Quadros em 1961. O aumento do custo de vida no Brasil foi o reflexo da medida anti-inflacionária, em relação à concessão de subsídios de produtos de importação.

Se a medida do Ministro do Planejamento foi aplaudida de início pelos industriais, Toledo (2004) contrapõe que não demorou muito para que o projeto fosse criticado pelos sindicatos, sendo considerado de “caráter reacionário”, pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Na perspectiva de João Goulart, deveria existir um consenso de empresários e trabalhadores, para a execução do Plano Trienal.

Com o fracasso do “Plano Trienal”, o Presidente da República passou a se empenhar para realizar as Reformas de Base. A medida tinha como finalidade propiciar o desenvolvimento da indústria nacional, além de promover a distribuição igualitária de renda, com menor desigualdade e ampliando os privilégios da classe trabalhadora. Para o presidente, com a implantação das reformas, seu governo poderia obter meios para controlar as críticas da esquerda ao programa econômico da administração janguista (SKIDMORE, 1982).

O Comício das Reformas de Base, em 13 de Janeiro de 1964, em frente à Estação Ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, tinha como objetivo expor o novo projeto governamental, defender as reformas e as liberdades democráticas e



sindicais. Em passagem de seu pronunciamento, diz o Chefe da Nação: “Todos têm o direito à liberdade de opinião e de manifestar também sem temor o seu pensamento. É um princípio fundamental dos direitos do homem, contido na Carta das Nações Unidas, e que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros”<sup>4</sup>.

João Goulart expunha o caráter nacional-reformista de sua administração, levando os setores conservadores e militares a endurecer a oposição ao presidente. Mais de 150 mil pessoas se reuniram no Comício, ouvindo as palavras de Jango, conclamando pelas reformas eleitorais, universitárias, agrárias, entre outras, além de discursar sobre a Petrobrás e a encampação das refinarias particulares, passando a ser patrimônio público.

Diante do exposto no Comício da Central, as reações ao governo foram imediatas: manifestações anti-Goulart aconteceram em capitais do país, enquanto a UDN, PSD e outros partidos de oposição pregavam o impedimento do então presidente. Setores da sociedade civil também articularam as Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade, conclamando a população a lutar contra a ascensão dos comunistas no poder. Dias depois, foi deflagrado o golpe civil-militar.

## **A POLÍTICA MUNICIPAL EM 1963**

As ações políticas praticadas em nível nacional influenciavam diretamente os acontecimentos das diversas prefeituras do Brasil. Os programas idealizados por João Goulart eram discutidos em sessões das câmaras, tendo em vista o quanto as medidas iriam influenciar a economia e sociedade dos municípios. Em Ribeirão Preto, devido ao desenvolvimento original da agricultura cafeeira, a cidade compartilhava uma visão conservadora dos grandes latifundiários e proprietários de terra, ao mesmo tempo em que desenvolvia ideologias esquerdizantes, advindas de movimentos sociais, influenciados pela luta dos estudantes, trabalhadores rurais e demais simpatizantes. Desse modo, o município sustentava-se como palco de disputas ideológicas entre o conservadorismo da direita e o crescimento das entidades nacionalistas e de esquerdas, no âmbito da sociedade civil e da Câmara Municipal.

No pré-golpe, vigorava a administração municipal do prefeito Condeixa Filho (não foram encontrados registros do partido original do político), eleito pela segunda

---

<sup>4</sup> GOULART, J. **Discurso do Comício das Reformas de Base**. Estação Central do Brasil, Rio de Janeiro, 13 jan. 1964. Discurso proferido pelo presidente João Goulart à população brasileira. Disponível em: <http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>



vez, em 1960. De acordo com dados obtidos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Alfredo Condeixa Filho possuía formação militar, tendo se alistado no Centro de Instrução Militar da Força Pública de São Paulo, posteriormente, ocupou o cargo de vice-prefeito na administração de José Magalhães e tendo dois mandatos como prefeito: o primeiro, de 1952 a 1955; e o segundo, de 1960 a 1964. De acordo com Marino (1998), o prefeito municipal da época compartilhava da política de Adhemar de Barros<sup>5</sup> que, nos anos de 1960, vivia a sua fase de radicalismo de direita, ao mesmo tempo em que se processava cisão ideológica entre setores da esquerda e direita.

Ao final do mandato de Condeixa Filho, o clima radical de cisão ideológica colaborava para a germinação de preconceitos gerados pela esquerda e pela direita, que influíram diretamente na imagem dos candidatos à Prefeitura Municipal no ano de 1963. Entre os políticos que competiram pelo cargo de administração de Ribeirão, encontrava-se o redator-chefe do *Diário da Manhã*, Antônio Carlos Sant’Anna, pelo PSB; Orlando Jurca, escolhido como candidato pelo PCB local e de outras facções de esquerda; e Welson Gasparini, eleito pelo PRP.

Marino (1998) discorre que o Partidão local e os nacionalistas perderam sua unidade ao abandonar a candidatura de Orlando Jurca repentinamente, e lograr apoio a Antônio Carlos Sant’Anna. O autor não dá qualquer descrédito à figura do redator do DM, mas afirma que a candidatura de Jurca tornou-se vazia com a perda do apoio político. A vitória ficou a mando do jovem radicalista e jornalista do *Diário de Notícias*, Welson Gasparini.

O novo prefeito assumiu o cargo no dia 1 de janeiro de 1964, três meses antes da deflagração do golpe civil-militar. Aliado aos movimentos da Igreja Católica e da Social Democracia Cristã, afirma Gasparini que a sua posição diante do novo regime instaurado no país foi o mesmo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Revela o prefeito da época que sofreu retaliações políticas de seus adversários de direita, pela sua participação em diversas manifestações sociais e greves locais, que o acusaram de subversão e aliado da política de esquerda<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Adhemar Pereira de Barros era filiado ao Partido Social Progressista (PSP) e foi prefeito de São Paulo entre 1957 e 1961. Logo depois, Adhemar de Barros assumiu o governo do estado de São Paulo, em 31 de janeiro de 1963. Era defensor dos valores tradicionais da sociedade brasileira, com a prática dos ditos “bons costumes”, que estariam ameaçados pela “comunicação do país”. Adhemar radicalizou suas declarações, levantando a bandeira anticomunista e chegou a pregar publicamente a intervenção das forças armadas na luta contra João Goulart. No dia 31 de março de 1964, quando foi deflagrado o golpe, o então governador de São Paulo apoiou a tomada de poder pelos militares. Dados obtidos do CPDOC nacional ([http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ademar\\_de\\_barros](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ademar_de_barros)).

<sup>6</sup> Welson Gasparini (entrevista realizada no dia 15 de julho de 2014).



Assim como ocorreu em âmbito federal, a Câmara Municipal tomando conhecimento da deflagração do golpe cassou mandatos de políticos vistos como “subversivos” pelo regime instaurado. Paulino (2012) disserta que se instituiu na cidade a política da delação, da qual dedos-duros adeptos ao regime denunciavam possíveis indivíduos e os levavam até às autoridades políticas, taxando-os de subversivos. O golpe civil-militar não apenas desarticulou os partidos dos grandes centros urbanos, mas também, os representantes da política de oposição e os movimentos populares de todo o Brasil.

### **O “DIÁRIO DA MANHÃ” E AS REFORMAS DE BASE**

A defesa da reforma agrária tinha por base o desenvolvimento econômico, uma vez que o antigo sistema rural impedia o aumento da produção agrícola e restringia a expansão da economia financeira para o setor rural. Dessa forma, havia a necessidade de aumentar a demanda de alimentos para a população urbana crescente, ao mesmo tempo em que se buscava um novo mercado interno para o consumo de bens manufaturados. Alegava-se a urgência das reformas, objetivando uma melhor redistribuição de terras, que estavam concentradas nas mãos dos grandes latifundiários. Como afirma Skidmore (1982), através das reformas os frutos do crescimento econômico, que já foram alcançados, seriam distribuídos de maneira equitativa.

Em contrapartida, as reformas poderiam alterar o equilíbrio político, a partir da concessão de votos aos analfabetos, programas de alfabetização das massas e outros direitos de votos propostos pela reforma eleitoral. Skidmore (1982) salienta que essas alterações na configuração política iriam causar profundas modificações na estrutura social, causando reações da extrema direita e classes sociais privilegiadas. O autor diz que o projeto foi atacado pela Ação Democrática Parlamentar, aliança interpartidária de deputados direitistas da UDN e do PSD, que acusaram Jango de “gestos demagógicos”.

Mesmo com o apoio popular, as perspectivas para qualquer modificação constitucional eram poucas, enquanto a maioria do Congresso desejasse vetar as propostas de Jango. O projeto foi rejeitado em maio de 1963, pela Comissão da Câmara dos Deputados. Leonel Brizola, que apoiou prontamente as reformas, reagiu à decisão promulgada, defendendo que o Exército deveria se empenhar pelas reformas sociais (SKIDMORE, 1982).

Toledo (1984) diz que o balanço do governo de Jango em 1963 revelou uma situação dramática no contexto da política econômica: com o fracasso do Plano Trienal,



e os impasses políticos das reformas de base, não houve crescimento econômico e muito menos contenção inflacionária. O incontrolável aumento no custo de vida, aliado a redução salarial colaborou para a deflagração de greves e diversos movimentos sociais, e aumentou a desconfiança da esquerda diante do governo Goulart.

Para traçar a opinião do *Diário da Manhã* diante desse projeto da administração de Jango é preciso levar em conta a trajetória do jornal. Tendo a sua primeira edição no dia 1 de junho de 1898, por Juvenal de Sá. Já em 1906, o matutino ficou conhecido como o precursor da imprensa diária em Ribeirão Preto. Durante esse primeiro período de existência, o jornal apoiou os interesses políticos de Francisco Schimdt, conhecido como o “rei do café” (PAIZIANI, 2005).

O jornal passou por constantes mudanças de direção e, mesmo assim, o DM investiu na divulgação de fatos e notícias da cidade, bem como a veiculação de opiniões políticas. Desse modo, o matutino ganhou notoriedade na sociedade, como um dos jornais de destaque da região. Nos anos de 1940, o DM era o veículo de maior circulação no município, chegando a alcançar uma tiragem de até 12 mil exemplares com edições extras.

A partir dos anos de 1950, a família Sant’Anna assumiu o controle do diário, tendo como diretor-chefe o jornalista Antônio Machado Sant’Anna e seu filho, o redator-chefe Antônio Carlos Sant’Anna. O diretor permaneceu no comando do jornal até 1968, quando se aposentou, deixando o matutino nas mãos de Antônio Carlos Sant’Anna até a data de seu fechamento, em meados de 1980 (SANT’ANA, 2010, p. 25-30). Além de homens de imprensa, os diretores do diário também eram figuras políticas. Machado Sant’Anna participou da inauguração da Faculdade de Medicina da USP e fundador do Aero clube de Ribeirão Preto. O jornalista também mantinha relacionamento com importantes políticos da época, como Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart.

Para Marco Zeri Ferreira<sup>7</sup>, comerciante e amigo da família Sant’Anna, o DM era reconhecido pelo seu posicionamento político definido com a ideologia progressista e municipalista, representada pelas opiniões de Antônio Carlos Sant’Anna e Antônio Machado Sant’Anna, que assinavam os editoriais do jornal. Ferreira afirma que o diário teve importante papel na cidade de Ribeirão Preto, por noticiar e comentar acontecimentos públicos e por sua trajetória histórica. Nos anos de 1960, o comerciante

---

<sup>7</sup> Marco Zeri Ferreira (entrevista realizada no dia 19 de julho de 2014).



revela que o matutino foi chamado de comunista pela oligarquia do município, mas que o DM não possuía relações com comunismo.

O Diário da Manhã era um jornal de resistência, ele falava coisas que incomodava a classe política vigente, e daí se criava a ideia de que era um jornal comunista, mas ele nunca foi comunista. Era um jornal progressista, falando sempre dos problemas daqui, das sucessões políticas, dos nossos candidatos, dos prefeitos da época. Quando você é progressista, a oposição te combate te chamando de comunista. Era uma pecha. Ou chamava de fascista. O jornalismo que os Sant'Anna faziam era muito coerente com a época, com os sonhos da juventude brasileira, com os anos dourados, com a época da Bossa Nova, foi toda uma geração que queria o Brasil melhor. E queria tirar o país de uma oligarquia<sup>8</sup>.

O próprio jornal, em um editorial de Antônio Machado Sant'Anna, identifica o seu posicionamento nacionalista. Revela o redator-chefe, em consonância com a fala do entrevistado, que “nós somos nacionalistas. Decididamente nacionalistas. Repelimos e o fazemos em total observância aos princípios por que pautamos nossa existência, a conceituação tendenciosa de que ser nacionalista é ser comunista”<sup>9</sup>.

Diante das considerações expostas e análises efetuadas, podemos destacar que o DM posicionava-se favoravelmente à posse de João Goulart em 1961. O regime parlamentarista instaurado também era contestado pelo jornal, que apoiava a reforma do sistema político através de um plebiscito, clamando pela volta do presidencialismo. O nosso estudo sobre a abordagem do Diário da Manhã sobre João Goulart e as reformas de base parte do período após a renúncia de Jânio Quadros, centrando as atenções às condições do homem do campo e a necessidade de implantação de medidas reformistas para melhorar a vida em sociedade.

Para o DM, a condição do homem do campo era muito diferente do trabalhador urbano, atuando em condições precárias e sem sindicatos. Nos anos de governo que antecederam João Goulart, o diário destaca que nada se fez em prol do rurícola e bastava “falar em reforma agrária, em humanizar o trabalho, em se dar ao rurícola condições mínimas de conforto, com água corrente, luz elétrica, chuveiro, instalação sanitária e escola para os filhos, para se levantar o clamor”<sup>10</sup>. Nesse cenário, a reforma agrária, pregada por Jango, era imprescindível para a melhoria das condições de vida do trabalhador rural. De acordo com o texto de Antônio Machado Sant'Anna, o posicionamento do jornal não era contrário aos latifundiários, fazendo "campanha

---

<sup>8</sup> Marco Zeri Ferreira (entrevista realizada no dia 19 de julho de 2014).

<sup>9</sup> SANT'ANNA, Antônio Machado. É tempo de definição ideológica sem hesitação em termos situando a posição do autêntico nacionalismo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.12, 08 de jul. de 1962.

<sup>10</sup> SANT'ANNA, Antônio Machado. Direitos do rurícola em face da legislação. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 18 de out. de 1961.





contra o fazendeiro ou contra o proprietário de terra. Entendemos que cada um vive como quer sem ter que dar satisfações a ninguém”<sup>11</sup>, mas a favor da humanização do homem do campo, como responsabilidade do governo federal.

Diante dessa perspectiva, o apoio às reformas estruturais de base era evidenciado nas páginas do DM. Diz Antônio Carlos Sant’Anna que as imposições contra as reformas de base tinham sempre a mesma desculpa: “o socialismo vem aí; como se isso estivesse explicada a questão e praticamente resolvida. Nada resta a fazer; o socialismo vem aí...”<sup>12</sup>. Para o redator, a mudança de regime só se concretizaria diante da incapacidade dos indivíduos que dominam o poder, que tentam confundir a opinião pública pregando o temor ao sistema de esquerda e deixando de lado os problemas da Nação. Destaca o jornalista que a solução seria “exigir do governo as necessárias reformas de base urgentemente!”<sup>13</sup>, visto que o objetivo principal é a racionalização da produção do campo, sem o desejo de “tomar terra de ninguém. Não pretende violentar direitos adquiridos. O que se deseja é o aproveitamento racional da própria terra para que não haja desperdícios e que tudo seja plantado, rendendo o solo, em juros dobrado, ao que à ele se dá”<sup>14</sup>.

A preocupação do DM com as condições de vida do homem do campo revela o posicionamento do jornal: além de pregar as almeçadas reformas de base de João Goulart, o periódico reforça a tese da melhoria de trabalho no meio rural, como forma de emancipação nacional a partir do respeito do trabalhador. Destaca Antônio Carlos Sant’Anna que “portem-se como quiserem os homens da direita reacionária ou esquerda extremada, nossa única preocupação será com o homem do campo; por sentirmos nele o próprio Brasil”<sup>15</sup>. Os setores que iam contra a visão do matutino, negando as reformas de base e as medidas administrativas de João Goulart, eram criticados como uma “elite mesquinha segue abusando, negando entregar uma parcela de seus privilégios; não quer reformas e onde surge a convicção de que sem estas nada se realizará”<sup>16</sup>.

---

<sup>11</sup> SANT’ANNA, Antônio Machado. A humanização do trabalho rurícola é do governo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 22 de out. de 1961.

<sup>12</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Quem avisa, amigo é... **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 13 de dez. de 1961.

<sup>13</sup> Idem, ibidem.

<sup>14</sup> SANT’ANNA, Antônio Machado. Reforma agrária em forma humana. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 16 de jan. de 1962.

<sup>15</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Na emancipação do campo encontraremos a emancipação do Brasil, lutemos portanto pelo homem da perdigão. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 10 de março de 1962.

<sup>16</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Ditaduras e oligarquias “democráticas” estertoram diante da reação popular que se propagou por todo o continente. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 23 de março de 1962.



As reformas de base são um imperativo do momento. Sem elas nada conseguiremos de positivo. Haverá reação, nem há dúvida. Onde há UDN há reação... Mas, nem por isso se devem iludir os que são reacionários, pois, basta-lhes ir contando quantos são hoje e quantos foram ontem, para concluir que seu número diminui instante a instante (...) E vamos para as reformas de base!<sup>17</sup>.

Notamos uma oposição do DM em relação à ideologia udenista, considerada pelos diretores como um partido de reacionários, que visavam confundir a opinião pública. Para o jornal, Carlos Lacerda e os demais membros da UDN eram contrários aos ideais de João Goulart e, portanto, afastavam seu posicionamento da crença do matutino. A posição conservadora adotada por Adhemar de Barros também descontentava o DM. Antônio Carlos Sant’Anna denota que se de um lado, João Goulart lutava “pelas reformas de base e da constituição e Adhemar, de outro, a opor resistência, lançar manifestos vazios, criando atmosfera adversa à ideia presidencial”<sup>18</sup>. Todavia, mesmo com todas as restrições enfrentadas pela política reformista de João Goulart, o povo deveria exigir o cumprimento das reformas estruturais de base, sendo a única forma de deixar de ser explorado.

Por ser uma medida de interesse social, o DM também clama aos setores da sociedade civil a apoiarem a execução do plano das reformas de base. Nesse sentido, o proletariado, os camponeses e estudantes seriam uma parcela da população beneficiada pela implantação do plano. Destacamos que o jornal também apelava para os religiosos, que deveriam “dar apoio ao movimento pró-reformas, pois somente da vitória dele é que, realmente, poderemos pensar em liberdade na pura essência do vocábulo”<sup>19</sup>.

A aproximação do DM com a política de João Goulart revela o posicionamento favorável do jornal, diante das medidas presidenciais, bem como a adoção de elogios à atuação do chefe do Executivo. Destaca o matutino que Jango estava entrosado no poder, concentrando esforços na luta contra os opressores do povo e contribuindo para melhorar a imagem do PTB, partido da qual era representante. Sobre a imagem do partido, alinhado à realização das reformas de base, posiciona-se o matutino:

Dando ao PTB o prestígio que uma organização política de âmbito popular necessita, o sr. Goulart fatalmente restabelecerá o equilíbrio da situação, pois, podemos concluir, exercer-se-á através de uma agremiação de tal porte e prestígio, necessária pressão em qualquer tipo de Congresso, para o procedimento das necessárias e indispensáveis reformas<sup>20</sup>.

---

<sup>17</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. As reformas, Jango e a reação. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.12, 05 de maio de 1963.

<sup>18</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Adhemar-Jango e Brizola. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 05 de jun. de 1963.

<sup>19</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Estertora a reação. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 18 de jun. de 1963.

<sup>20</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. O Presidente deseja as reformas a fim de reconduzir a seu lugar, o operariado e seus representantes. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 17 de maio de 1962.



Ressaltamos que a prioridade do jornal na implantação das reformas de base, partia da consecução da reforma eleitoral. Para os diretores do periódico, esse seria o “primeiro passo para a moralização administrativa, através de homens probos e decentes”<sup>21</sup>. Dessa forma, garantir-se-ia a integridade do Congresso Nacional, perante a eleição de político aliados aos interesses do povo.

O apoio a João Goulart também pode ser observado pelos elogios tecidos ao presidente. Segundo o matutino, o chefe do Executivo havia dado “a exata dimensão de sua capacidade de ação ao coordenar seu dispositivo militar e, principalmente, limitar à área de sua influência, políticos que se assenhoreavam de situações de todo pacíficas para, demagógicamente, apresentarem-nas à Nação como fruto de escusas pretensões do governo”<sup>22</sup>. Ou seja, na visão do periódico, além de propor medidas populares que garantiriam a melhoria das condições de vida da sociedade brasileira, João Goulart ainda mostrava-se apto a articular as forças que compunham o governo. Para o matutino, o crescimento no Brasil devia muito ao presidente, que “entre moderado e enérgico, foi-se elevando no conceito da Nação, demarcando os limites que se constituíam a fronteira de nossa expansão política e intelectual”<sup>23</sup>.

Com a execução do plano reformista, o DM acreditava que o Brasil atingiria alto grau de desenvolvimento e emancipação econômica, social e política. Desse modo, o apoio a João Goulart era justificado novamente pelo caráter do presidente em prol das necessidades do povo e apto para enfrentar a reação, sendo “um homem perfeitamente identificado com a massa à qual deve o seu prestígio e sua ascensão ao poder. Seria injustiça deixar de reconhecer os anseios daqueles que constroem a nossa grandeza”<sup>24</sup>.

No dia 13 de janeiro de 1964, João Goulart realizou um comício no Rio de Janeiro, oficializando em seu discurso a proposta das reformas de base e a necessidade de mudanças na Constituição Federal. O fato foi noticiado na manchete no *Diário da Manhã*, no dia 13 de janeiro e comentado por Antônio Carlos Sant’Anna, em seu editorial de última página. O termo “gorilas” aparece no texto para caracterizar políticos e setores da sociedade civil que não concordavam com a proposta de Jango e não

---

<sup>21</sup> SANT’ANNA, Antônio Machado. Aventureiros e profissionais da política serão varridos pela reforma eleitoral. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.1, 06 de jun. de 1962.

<sup>22</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Com fidelidade militar ao regime o Brasil sobreviverá às investidas contra a sua emancipação econômica. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 06 de jul. de 1962.

<sup>23</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Getúlio, Jânio, Lacerda e Jango. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, 07 de abril de 1963.

<sup>24</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Ao impedir a posse de Jango, a reação defendia-se. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 07 de fev. 1964.



compreendiam o “espírito de luta e o nosso determinismo em ver o Brasil livre e independente, moral, social, cultural e economicamente”<sup>25</sup>. O jornal ainda ressaltava que as políticas do Brasil deveriam ser benéficas para todos os brasileiros, sejam eles trabalhadores urbanos ou rurais, independente da idade, poder aquisitivo ou escolaridade. É interessante notar que o periódico critica a condição em que se encontravam muitas pessoas do país, elencando dentre os muitos excluídos socialmente, as crianças sem escolas, subnutridas e desidratadas. Para os diretores, seria apenas com a reforma agrária que as condições de subdesenvolvimento do país poderiam ser superadas.

[...] para acabar com o subdesenvolvimento, com a exploração, aumentando o direito de propriedade com ampliação do número de proprietários rurais, através de uma reforma agrária humana, digna de um homem e não como projetam alguns, simples paliativo a apenas aumentar o drama nacional. Hoje, com Jango, pelas reformas e pelo Brasil!<sup>26</sup>.

Diante do pronunciamento do presidente João Goulart, o DM acredita que o plano das reformas estruturais de base seria impulsionado pelo governo e almejado pelo povo, consciente de que o país caminhava rumo à emancipação nacional. Na opinião do matutino, não havia dúvida de que “a consciência nacional amadureceu para o problema das reformas e a renovação surgirá por força dessa condição, queiram ou não os reacionários encastelados ainda agora no poder”<sup>27</sup>. Na perspectiva dos diretores, a luta seria amparada pelo povo, na busca pela modificação das estruturas do país, desencadeando um ambiente propício para a valorização do trabalhador e para ascensão econômica, social e política brasileira.

O povo deve buscar somar sua força dando total amparo à luta reformista. Nada obteremos fora da consolidação pretendida há tempos, porque sem modificar nossas estruturas básicas jamais chegaremos a atingir nosso ideal e, como tudo o que almejamos para nossos filhos se consubstancia na liberdade que perseguimos, é preciso ter em mente que a felicidade existe conjugada com a democracia e para sobreviver o atual regime é preciso lutar sem desfalecimento para conservar no poder do homem que nos vem dando meios para nossa emancipação social e econômica, o presidente da República<sup>28</sup>.

O apoio do jornal às reformas de base repercutiu na sociedade, quando deflagrado o golpe. A simpatia pelo presidente e as políticas de João Goulart, pode ter contribuído para o fechamento do periódico durante dois meses após a instauração do

---

<sup>25</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Pelas reformas, pelo Brasil. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 13 de março de 1964.

<sup>26</sup> Idem, ibidem.

<sup>27</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Renovação ou convulsão social. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 15 de março de 1964.

<sup>28</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. O estertor da reação não repercutirá. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, p.8, 22 de jan. 1964.

regime. A predominância de textos que defendiam a proposta de Jango mostra uma aproximação do DM com a política nacionalista defendida por vários segmentos de esquerda do período.

Após o dia 31 de março de 1964, o DM foi impedido de circular por cerca de dois meses, já que o seu redator-chefe, Antônio Carlos Sant’Anna, esteve no DOPS local prestando depoimento por ser considerado “subversivo”. Depois desse período, o jornal volta às bancas e permanece durante todo o governo militar, sendo fechado apenas nos anos de 1980, pela falta de assinantes e anúncios publicitários.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O poder dos veículos de comunicação transcende a publicação de informação: há uma responsabilidade social por parte dos indivíduos que compõem o campo jornalístico em informar, interpretar a realidade e, também, formar opiniões que podem ser acolhidas ou negadas por determinadas camadas sociais. Os jornalistas são emissores que devem levar em consideração o poder de escolha dos receptores e, assim, transmitir conteúdos com a ciência de que podem ora desagradar, ora agradar a opinião pública.

As análises jornalísticas aqui elencadas são corpus de referência para compreender os textos opinativos do *Diário da Manhã*, a partir dos conceitos esboçados por Beltrão (1980) e Marques de Melo (1985), que determinam a opinião como função vertical do jornalismo e como órgão de expressão de uma sociedade em um recorte de tempo datado. Os autores pontuam que os editoriais representam a opinião oficial do veículo, ou seja, a opinião da empresa. A escolha desse gênero jornalístico como objeto de estudo deve-se por ele condensar os múltiplos interesses do veículo de comunicação. Analisar os editoriais é trabalhar com o espaço de significação do próprio jornal, em que ele se posiciona explicitamente sobre os assuntos políticos e defende seu ponto de vista publicamente, como empresa privada e instituição social (CHAMMAS, 2012, p.16-17).

A partir de tais considerações, inferimos que o DM conjugava de maneira particular vários posicionamentos da época, o envolvimento com o debate político corrente, colocando-se na posição minoritária dentre a imprensa, e a atuação política do jornalismo sem subterfúgios de neutralidade e objetividade. O matutino apresentava uma posição política a favor das reformas de João Goulart e contra a tomada de poder pelos militares, destoando o seu posicionamento da maioria dos órgãos da grande imprensa e imprensa convencional paulista.



Os textos opinativos trabalhados também revelam a produção de um periódico interiorano que veiculava temas importantes para a cidade e a nação, com posicionamentos incisivos e, no aspecto do conteúdo, sintonizado aos grandes temas do seu tempo. Ao mesmo tempo, o impresso demonstrava incorporar elementos do jornalismo moderno e alimentava o papel da imprensa militante, defensora das grandes causas, afastado do jornalismo neutro e estritamente comercial, produtor de uma mercadoria informativa e supostamente neutra.

A contribuição de nossa pesquisa está centrada na construção de mais uma página da história regional inserida na lógica da História Nacional, visto que compreender o passado é uma forma de entender os acontecimentos presentes. A pesquisa aqui retratada também explora o contexto social de Ribeirão Preto, procurando ampliar as discussões históricas locais, visto que o Brasil é formado por diferentes municípios, e não apenas pelas grandes capitais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, L. C. E. de. & GERALDO, S. Memória do Jornalismo Impresso de Ribeirão Preto – O início da profissionalização das redações (1965-82). **XI Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Sudeste/INTERCOM**. Ribeirão Preto, 2006.

BANDEIRA, L.A.M. **O Governo João Goulart**. As lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 7.ed. Rio de Janeiro/Brasília: Revan/Edit. UNB, 1977

BARBOSA, M. C. & RIBEIRO, A. P. G. “Combates” por uma história da mídia e do jornalismo no Brasil. **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação/INTERCOM**. Curitiba, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BOTOSSO, M. **A guerrilha ribeirão-pretana**: história de uma organização armada revolucionária. 2000. Dissertação (Mestrado em História) UNESP, Franca: 2000.

CARNEIRO JÚNIOR, M. **Sociedade e Política em Ribeirão Preto**: estratégias de dominação (1960-1964). Dissertação (Mestrado em História) UNESP, Franca: 2002.

CHAMMAS, E. Z. **A Ditadura militar e a grande imprensa**: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.



FERREIRA, Marcos Zeri. **Entrevista IV**. [19 de jul. de 2014]. Entrevistador: Nayara Kobori. Ribeirão Preto, 2014. 1 arquivo .mp3. (17min57seg).

GOULART, J. **Discurso do Comício das Reformas de Base**. Estação Central do Brasil, Rio de Janeiro, 13 jan. 1964. Discurso proferido pelo presidente João Goulart à população brasileira. Disponível em: <http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=31>

LOUREIRO, F. P. **Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart**. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2012.

LOUREIRO, F. P. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. In: **Revista Brasileira de História**. V. 29. N. 57. São Paulo. 2009.

MARINO, D. **Orquídeas para Lincoln Gordon: depoimentos sobre o golpe de 64**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

MELO, J. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PAULINO, C. L. T. **Tempos de resistência**. 10ª. Edição. Ribeirão Preto: Editora Oswaldo Cruz Empreendimentos Ltda., 2012.

ROCHA, P. M. & ZAUITH, G. Considerações sobre a prática jornalística em impressos de Ribeirão Preto no século XX. **9º. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. UFRJ. Rio de Janeiro, 2011.

SANT'ANA, A. M. **Imprensa, Educação e Sociedade no interior paulista: Ribeirão Preto (1948-1959)**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) UNESP, Araraquara: 2010.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, N. W. **A História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1983.

TOLEDO, C. N. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 24. N. 47. 2004.

TOLEDO, C. N. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.